A APLICABILIDADE DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO MEDIDA DE APOIO AO EXERCÍCIO DA CAPACIDADE PROCESSUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

THE APPLICABILITY OF SUPPORTED DECISION MAKING AS A MEASURE TO SUPPORT THE EXERCISE OF PROCEDURE CAPACITY BY PERSONS WITH DISABILITIES

Maria Laura Rodrigues Costa¹

RESUMO

Este trabalho aborda a definição de capacidade, com foco na capacidade processual. A pesquisa bibliográfica, com vertente metodológica jurídico-dogmática, explora a introdução da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão, no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, que alterou profundamente a noção da capacidade no ordenamento jurídico brasileiro e incluiu a Tomada de Decisão Apoiada como medida de apoio à pessoa com deficiência. Nesse sentido, o objetivo geral do estudo foi analisar a Tomada de Decisão Apoiada a partir do referencial da capacidade processual adotado no Código de Processo Civil de 2015. Conclui-se que, a partir da ideia de que a incapacidade deve ser provada e limitada em casos excepcionais, previstos em lei, a Tomada de Decisão Apoiada se configura como uma importante medida de apoio para o exercício da capacidade no âmbito do processo civil, já que garante maior acessibilidade e promoção da autonomia da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Capacidade processual; Tomada de decisão apoiada; Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This work addresses the definition of capacity, focusing on procedural capacity. The bibliographical research, with a legal-dogmatic methodological aspect, explores the introduction of Law nº 13,146/2015, Brazilian Inclusion Law, into the Brazilian legal system based on the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities, of which Brazil is a signatory, which profoundly changed the notion of capacity in the Brazilian legal system and included Supported Decision Making as a support measure for people with disabilities. In this sense, the general objective of the study was to analyze Supported Decision Making based on the procedural capacity framework adopted in the 2015 Code of Civil Procedure. It is concluded that, based on the idea that incapacity must be proven and limited in exceptional cases, provided for by law, Supported Decision Making is an important support measure for the exercise of capacity within the scope of civil proceedings, as it guarantees greater accessibility and promotes the autonomy of people with disabilities.

Keywords: Procedural capacity; Supported decision making; Person with Disabilities

¹ Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Serro. Monitoria de Teoria Geral do Processo sob orientação do professor Washington Luiz Ferreira Dias Lopes. E-mail: mlauracosta081@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão, promoção e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência têm sido questão central no debate jurídico e social contemporâneo. A capacidade civil, enquanto elemento essencial para a dignidade humana, é o alicerce que permite a efetiva participação dessas pessoas na sociedade e nas relações jurídicas. Nesse contexto, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco na evolução legislativa brasileira, ao reconhecer e assegurar a autonomia e os direitos das pessoas com deficiência, com destaque para a criação da Tomada de Decisão Apoiada (TDA).

A capacidade processual, como parte integrante da capacidade civil, é fundamental para garantir que os indivíduos possam atuar livremente em juízo, preservando seus direitos e promovendo uma verdadeira igualdade de condições. Historicamente, pessoas com deficiência enfrentaram significativas barreiras legais e sociais, sendo frequentemente excluídas ou representadas de forma que se negligenciava sua autonomia e vontade. O avanço da legislação, alinhado à compromissos internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, fruto de um movimento mundial para inclusão dessas pessoas, trouxe novos paradigmas para essa discussão, consolidando o direito à capacidade legal sem discriminações.

A TDA emerge nesse cenário como um instrumento inovador e inclusivo, possibilitando que pessoas com deficiência possam tomar decisões sobre atos da vida civil com o apoio de outras pessoas de sua confiança. Este apoio, entretanto, não se confunde com a curatela ou outros mecanismos que cerceiam a capacidade, mas, ao contrário, reforça a sua autonomia e promove o respeito às suas escolhas. Essa abordagem reflete os princípios modernos de inclusão e igualdade, promovendo a independência sem isolar a pessoa do suporte necessário.

Apesar das inovações trazidas pela Lei nº 13.146/2015, a implementação da TDA no ordenamento jurídico brasileiro apresenta desafios significativos, especialmente no que se refere à sua aplicabilidade no Código de Processo Civil. O equilíbrio entre proteção e autonomia, a definição clara dos papéis dos apoiadores e apoiados, bem como a garantia de salvaguardas contra abusos são questões centrais que demandam análise e aprofundamento.

Além disso, o impacto da TDA na prática judicial tem sido objeto de debate, com em casos emblemáticos que ilustram tanto seu potencial inclusivo quanto as dificuldades enfrentadas na sua operacionalização. A transformação do conceito de capacidade processual para abranger uma visão mais inclusiva requer não apenas mudanças legislativas, mas também uma adaptação cultural e institucional no sistema de justiça.

Dessa forma, o presente trabalho busca explorar os fundamentos, a evolução legislativa e a aplicabilidade da Tomada de Decisão Apoiada no Brasil, destacando sua importância para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Ao analisar as mudanças no Código de Processo Civil e os desafios práticos dessa medida, pretende-se contribuir para o fortalecimento de um ordenamento jurídico mais acessível e inclusivo, em conformidade com os princípios constitucionais de igualdade e dignidade humana.

O artigo é estruturado em quatro capítulos. Após uma breve introdução, realiza-se um panorama sobre a capacidade processual da pessoa com deficiência. No capítulo três o instrumento da Tomada de Decisão Apoiada é compreendido para, no capítulo seguinte verificar a sua aplicabilidade no direito processual civil. A conclusão,

por sua vez, comprova a possibilidade de se utilizar estes instrumentos em várias ocasiões do processo civil, configurando-se, portanto, como uma verdadeira medida de apoio à pessoa com deficiência.

2 A CAPACIDADE PROCESSUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Martinho (2019), a capacidade civil está ligada à ideia de valor maior da dignidade da pessoa humana, esta, por sua vez, princípio constitucional, que se configura como um elo de garantia dos direitos fundamentais. A capacidade civil, é um dos pilares da teoria das capacidades adotada no ordenamento jurídico brasileiro para definir os limites de atuação de uma pessoa no exercício de atos da vida civil.

Por meio da capacidade civil, a pessoa natural constrói a sua personalidade, tornando-se sujeito de direitos e deveres na ordem civil de modo a se fazer presente nas mais diversas relações jurídicas. Esta ideia está prevista nos termos do artigo segundo do Código Civil de 2002 ao prescrever que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil” (Brasil, 2002).

O Código de Processo Civil, por sua vez, em seu artigo 70, estabelece a noção de capacidade processual, fazendo uma relação desta com a ideia de capacidade presente no Código Civil, ao estabelecer que “toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo” (Brasil, 2015). Desse modo, a configuração de capacidade processual se estabelece ao se consignar que para participar de um processo judicial, deverá ser observado o pleno exercício da capacidade processual da parte.

A capacidade processual é um dos aspectos fundamentais para garantir que o processo transcorra dentro da legalidade e que as decisões tomadas pelo Poder Judiciário sejam válidas e eficazes. De acordo com o artigo 70, qualquer pessoa que tenha capacidade civil plena pode, em regra, ser parte em um processo judicial, ou seja, pode demandar ou ser demandada, e atuar em juízo.

Por outro lado, conforme esclarece Humberto Theodoro Júnior:

Em consequência, não tem capacidade processual quem não dispõe de aptidão civil para praticar atos jurídicos materiais, como os menores e os alienados mentais. Da mesma forma que se passa com a incapacidade civil, supre-se a incapacidade processual por meio da figura jurídica da representação. (Júnior, 2024, p. 272).

Nas situações, portanto, em que se observar incapacidade, prevê o Código de Processo Civil que deverá ser regularizada a representação do incapaz, de modo que possa ser possível o exercício do seu direito de ser parte processual (Brasil, 2015).

Nesse contexto, destaca-se que a capacidade processual das pessoas com deficiência deixou de ser um tabu no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente após o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tomando por base a teoria das capacidades civis, presente nos artigos 3^o e 4^o do Código Civil, observa que a

² Art. 3^o São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. (Brasil, 2002).

³ Art. 4^o São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. (Brasil, 2002).

pessoa com deficiência goza de plena capacidade como qualquer outra pessoa para os atos da vida civil, incluindo, portanto, a capacidade processual.

Destaca Júnior que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), trouxe modificações ao regime de capacidades que se adotava antes de sua publicação. Atualmente, somente aos menores de dezesseis anos é reservada a incapacidade absoluta, sendo que “todas as demais pessoas com deficiência, inclusive os enfermos mentais, são tratados como relativamente incapazes” (Júnior, 2024, p. 273). Nesse sentido:

Portanto, a regra é que as pessoas com deficiência mental tenham plena capacidade processual, a qual somente poderá ser retirada após estudo biopsicossocial, que avaliará os aspectos médicos e sociais, levando-se em consideração a necessidade de apoio e os impactos da deficiência sobre a declaração de vontade da pessoa. (Expósito, 2019, p. 149-150).

De acordo com Gadelha (2022), o Estatuto da Pessoa com Deficiência representa o resultado de uma conquista travada ao longo dos séculos para a sobrevivência e combate ao desprezo ligados à pessoa com deficiência. A luta pela genuína inclusão, no entanto, é contínua.

É importante destacar que toda a discussão envolvendo a noção de capacidade e que culminou no Estatuto da Pessoa com Deficiência brasileiro, é fruto das normativas estabelecidas na Convenção Internacional sobre a temática. Em seu artigo 12, referida Convenção estabelece que todos os estados-partes, ou seja, aqueles que assinaram o compromisso de inclusão da pessoa com deficiência, devem buscar meios de promover a capacidade legal da pessoa com deficiência em seus ordenamentos jurídicos. Nesse sentido:

- 1.Os Estados Partes reafirmam que **as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.**
- 2.Os Estados Partes reconhecerão que as **pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.**
- 3.Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para **prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal.**
- 4.Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal **incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos.** Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.
- 5.Os Estados Partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, **tomarão todas as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens.** (United Nations, 2007, grifo nosso).

Nesse contexto, destaca Lopes (2023), que o artigo 12 estabeleceu parâmetros para que as pessoas com deficiência fossem legalmente reconhecidas como iguais a quaisquer outras. Desse modo, seria necessário que, para que essa realidade fosse alcançada, se adotasse salvaguardas e medidas para a garantia, promoção e respeito às vontades e preferências das pessoas com deficiência, conforme buscou realizar o Estatuto.

A partir da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa Com Deficiência, em 2015, a capacidade civil no Brasil observou uma grande reviravolta, sofrendo grandes alterações, rompendo, assim, a sistemática histórica da teoria das incapacidades aqui adotada, conforme anteriormente demonstrado. (Martinho, 2019).

Vale lembrar, a capacidade no Código Civil de 1916, era adquirida somente após os vinte um anos de idade. Menores de dezesseis anos; loucos; surdos; mudos, aqueles que não poderiam expressar suas vontades, eram considerados totalmente incapazes, necessitando de representação para todos os atos da vida civil. Já os maiores de dezesseis e menores de vinte um anos, eram relativamente incapazes e carecedores de assistência para os atos da vida civil (Brasil, 1916).

Com o tempo, em 2002, o Código Civil, estabelecia que os totalmente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil, eram os menores de dezesseis anos; e os que por enfermidade ou deficiência mental não possuíam discernimento para a prática desses atos. Os incapazes relativamente, por sua vez, seriam os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, viciados em tóxicos e os pródigos (Brasil, 2002).

Nota-se que o Código Civil de 2002 trouxe uma grande diferença em relação ao Código de 1916, “onde os valores de cunho conservador como individualismo, paternalismo, protecionismo e prevalência da opinião masculina nas decisões da entidade familiar, permeavam” (Martinho 2019, p.87).

Além de promover uma alteração na ideia de capacidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência também merece destaque no tocante à busca pela promoção da autonomia da pessoa com deficiência. Assim, além da capacidade processual, objeto deste estudo, nota-se a garantia para, também:

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I – Casar-se e constituir união estável;
- II – Exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III – Exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV – Conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V – Exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária;
- VI – Exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (Brasil, 2015).

Diante do exposto, por fim, observa-se que a capacidade processual da pessoa com deficiência obedece ao mesmo regramento previsto para qualquer pessoa. Logo, para atuar em juízo, a pessoa com deficiência deve observar o pressuposto processual da capacidade civil, de forma a dar validade à relação jurídico processual que será estabelecida (Júnior, 2024).

Estabelecidas as noções de capacidade, busca-se agora realizar uma análise sobre a possibilidade do uso do instrumento da Tomada de Decisão Apoiada como

medida de apoio ao exercício da capacidade processual, conforme se observa no tópico a seguir.

3 A TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO MEDIDA DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Após a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei n. 13.146/2015), algumas medidas foram tomadas para melhor instrumentação dos direitos da pessoa com deficiência. Medidas de apoio foram criadas de modo que a promoção de sua autonomia fosse, de fato, efetivada, não culminando seu completo exercício somente nas mãos de um terceiro.

Uma das inovações trazidas pelo referido Estatuto foi a medida de apoio da Tomada de Decisão Apoiada. A medida foi prevista na emenda de plenário de n. 05/2015, de autoria do deputado federal Eduardo Luis Barros Barbosa que pontuou:

[...] com objetivo primordial de respeitar a autonomia do indivíduo, a Convenção abre oportunidade para que seja criado, no direito civil pátrio, instituto que permita à pessoa que tenha condições intelectuais, cognitivas ou psicossociais reduzidas exercer sua capacidade legal com apoio, apontando-se as salvaguardas necessárias para evitar o abuso por parte do apoiador.[...] Dessa forma propomos adicionar ao Código Civil Brasileiro, como medida de apoio para o exercício da capacidade das pessoas com deficiência, o processo de Tomada de Decisão Apoiada[...]. (Câmara dos Deputados, 2015, p. 4).

Nesse contexto, a partir da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Código Civil, em seu artigo 1.783-A, estabelece que:

A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. (BRASIL, 2002).

De acordo com Eloá Leão (2022, p. 105), este instrumento de apoio se faz possível e presente porque o Estatuto é capaz de reconhecer “as vulnerabilidades da pessoa com deficiência que possa apresentar alguma dificuldade para tomar determinada decisão, razão pela qual pode se valer da tutela jurídica do Estado para o acesso ao exercício pleno de suas autonomias”.

As pessoas resguardadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que compreenderem que necessitam de um apoiador, ou apoiadores, para a tomada de decisões na realização de atos da vida civil, podem indicar suas opções, por meio desse processo. As pessoas eleitas, por sua vez, vão exercer o papel de apoiadores, auxiliando-as.

Esse apoio será estabelecido por meio de um termo de apoio. Nesse termo, deverá constar a razão pela qual o apoio foi solicitado, sua extensão e tempo de duração, tempo este, por fim, que, a depender da circunstância, poderá ser prorrogado. Ao apoiador, caberá a obrigação de acompanhar todos os procedimentos de negócios jurídicos da pessoa apoiada, oferecendo clareza e avaliação para a tomada de decisões se ocorrer de maneira segura. Nesse sentido, é o que estabelece o Código Civil ao longo do citado artigo 1.783-A:

[...]§ 1º **Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores**, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

§ 2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.

§ 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

§ 4º **A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.**

§ 5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os **apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo**, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.

§ 6º **Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz**, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

§ 7º **Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia** ao Ministério Público ou ao juiz. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 8º Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio.

§ 9º **A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.**

§ 10. **O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria.**

§ 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela. (Brasil, 2015, grifo nosso).

Vale destacar que a TDA não pode ser confundida com o instituto da curatela. Este, de maneira objetiva já que não faz parte do recorte temático da presente pesquisa, configura-se no processo judicial em que uma pessoa adulta, ou seja, maior de 18 anos, terá verificada a necessidade de ser representada na prática de atos da vida civil, já que não pode os realizar pessoalmente, necessitando de apoio. (Conselho Nacional do Ministério Público, 2016).

Além disso, ressalta-se que TDA foi criada para apoiar diretamente pessoas com deficiência. No entanto, é um instrumento que também pode valer para auxiliar pessoas idosas que vivem com demência e necessitam de algum apoio para tomada

de decisões em procedimentos de negócios jurídicos (Cunha; Garrafa, 2023). Além disso, outras situações como a da prodigalidade também fazem jus ao instrumento como medida apoiadora, vejamos:

APELAÇÃO CIVIL. DIREITO CIVIL. PRODICALIDADE. CURATELA. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA EXCEPCIONAL. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. MUDANÇA DE PARADIGMA. TOMADA DE DECISÃO APOIADA. AUTODETERMINAÇÃO DA PESSOA. MEDIDA ADEQUADA. SENTENÇA REFORMADA. 1. Dispõe o art. 1.767, inciso V, do Código Civil que o pródigo está sujeito à curatela. A despeito da previsão legal, a mudança de paradigma inaugurada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência privilegiou a capacidade civil plena e a autodeterminação da pessoa, razão por que a curatela é medida excepcional. 2. Constatando-se que o interditando apresenta capacidade de autogestão, ainda que limitada, não é razoável a imposição de curatela, sobretudo diante das mudanças efetivadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, sob pena de impor tratamento mais gravoso do aquele destinado a pessoas que, de fato, estão impossibilitadas de se autodeterminar. 3. **Verificada a prodigalidade sem comprometimento das faculdades mentais, a tomada de decisão apoiada é suficiente e adequada para garantir a proteção daquele que dilapida seu patrimônio, sem que lhe seja tirada sua autonomia.** 4. A pessoa física, como sujeito de direitos e obrigações, traz ínsita à personalidade jurídica a presunção de capacidade plena, encerrando a incapacidade excepcionalidade, donde a decretação da incapacidade civil decorrente da interdição encerra medida excepcional e vinculada, somente podendo ser descerrada se evidenciado que o indivíduo efetivamente está desguarnecido de higidez apta a ensejar que governe ordenadamente a si próprio e ao seu patrimônio pessoal (CC, arts. 1º e segs.) 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Brasil, Acórdão 1066454, 2023, grifo nosso).

Nesse sentido:

Pode-se dizer que a tomada de decisão apoiada retrata muito bem o slogan “independente mas não só”, bandeira de chamada do “Independent Living Movement and Disability Rights”, movimento social que nasceu nos Estados Unidos, na década de 70, para fomentar e promover o direito das pessoas com deficiência a uma vida independente. (Menezes, 2018, p. 5).

Estabelecida a noção da Tomada de Decisão Apoiada, passa-se, a seguir, a análise da sua aplicabilidade no Processo Civil brasileiro, considerando, para tanto, a ideia de capacidade processual da pessoa com deficiência.

4 A APLICABILIDADE DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A partir do que foi exposto, observa-se que a Tomada de Decisão Apoiada é um instrumento significativo de apoio para pessoas com deficiência, principalmente aquelas que possuem deficiências que afetam o discernimento, porém não de maneira totalmente incapacitante. Embora tenha sido introduzida no Código Civil, nota-se que seus efeitos são estendido ao Código de Processo Civil ao estabelecer as normativas acerca da capacidade processual.

Antes da existência da TDA no ordenamento jurídico brasileiro, as pessoas com deficiência tinham seu exercício de autonomia para realização de atos da vida civil suprimido, por meio de representação ou assistência, que comumente era

estabelecido por imposição de uma decisão judicial. A pessoa com deficiência não podia exercer a o poder de escolha sobre quem iria apoiá-la.

Com a TDA a lei reconhece que essas pessoas têm capacidade de entender e de querer e, portanto, podem tomar suas próprias decisões sobre atos da vida civil, com um apoio de alguém de sua confiança e com período determinado.

Nesse sentido, é possível observar que a TDA é uma realidade no ordenamento jurídico brasileiro, sendo um instrumento que vem sendo amplamente utilizado, conforme se observa nos julgados a seguir:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - CURATELA ESPECIAL - IMPEDIMENTO FÍSICO - INCAPACIDADE RELATIVA DEMONSTRADA - TOMADA DE DECISÃO APOIADA - POSSIBILIDADE. 1. **O portador de impedimento físico é considerado pessoa com deficiência pela Lei nº 13.146/2015, sendo-lhe garantida proteção através do instituto da curatela da tomada de decisão apoiada; 2. Reconhecido o impedimento físico, capaz de dificultar o exercício pleno das faculdades civis, preservada a capacidade mental e intelectual do requerente, em igualdade de condições com as demais pessoas, está presente hipótese para o deferimento da tomada de decisão apoiada, regulamentada pelo art. 1.783-A do Código Civil Brasileiro.** (Minas Gerais, AC: 10459120024466002, 2019, grifo nosso).

No presente caso, nota-se que a TDA foi utilizada como medida de apoio à pessoa com deficiência física, mas que possui discernimento preservado. O objetivo do instrumento é atingido quando a pessoa com deficiência pode receber auxílio sem ter sua autonomia apagada por um instrumento de representação. Logo, acertada a decisão que a estabeleceu.

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - INTERDIÇÃO - TOMADA DE DECISÃO APOIADA - PRELIMINAR - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - MANUTENÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO BENEFICIÁRIO - MÉRITO - DESACERTO DA DECISÃO QUE DEFERIU A CURATELA DO APELANTE - RECONHECIMENTO - INCAPACIDADE RELATIVA PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL - PEDIDO DE TOMADA DE DECISÃO APOIADA - MEDIDA QUE SE IMPÕE. 1- Não tendo a parte requerente se desincumbido de seu ônus probatório, não há como revogar o benefício da assistência judiciária anteriormente deferida à parte contrária. 2- O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) visa a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. 3- **A interdição, sendo medida extrema, deve ser deferida somente quando o conjunto probatório não deixar margem à dúvida quanto à incapacidade do interditando de reger sua pessoa e administrar seus bens. No caso, as provas não recomendam a interdição, devendo ser modificada a sentença que declarou o interditando incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e determinou a curatela.** 4- Introduzida no Código Civil, artigo 1783-A, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n.º 13.146/2015), a tomada de decisão apoiada parte do reconhecimento de que toda pessoa com deficiência deve ter assegurado o direito ao exercício de sua capacidade civil em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida, tratando-se de instrumento processual eficaz para auxiliar e apoiar a pessoa com deficiência a tomar decisões. (Minas Gerais, AC: 10000190111591003, 2020, grifo nosso).

No caso acima, observa-se o uso da TDA como alternativa à curatela, que, por sua vez, seria medida de representação mais gravosa e que coloca em xeque o exercício de autonomia da pessoa com deficiência. Mais uma vez, o ordenamento jurídico acerta ao definir que a TDA é o instrumento mais adequado à realidade da pessoa com deficiência que ainda possui níveis de autonomia para os atos da vida civil.

Portanto, a TDA, além de representar um grande avanço é a perfeita configuração do estabelecido no artigo 5º da Constituição da República de 1988, quando prescreve que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza[...]” (Brasil, 1988).

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi realizar um estudo sobre a Tomada de Decisão Apoiada e sua aplicabilidade no processo civil a partir da noção de capacidade processual. Pode-se concluir que a TDA é sim um instrumento de apoio, que auxilia milhares de pessoas todos os dias, já que faz parte de inúmeras decisões de tribunais do país.

No entanto, A Tomada de Decisão Apoiada ainda pode ser considerada um mecanismo novo, criado em 2015, razão pela qual muitas pessoas ainda, não possuem um conhecimento concreto sobre seu uso. É por esse motivo que o presente trabalho se configura como uma contribuição teórica para os estudos sobre essa temática.

A TDA representa um avanço na promoção da igualdade e inclusão, conforme os preceitos constitucionais e internacionais, e assegura o exercício pleno de direitos sem interferir na capacidade legal da pessoa com deficiência. Sua inserção no Código de Processo Civil, ao lado de dispositivos do Código Civil, reforça sua aplicabilidade prática e efetividade no sistema jurídico, consolidando-se como um meio indispensável para garantir a acessibilidade, combater a discriminação e promover a autonomia.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante a essas pessoas o direito de tomar decisões de forma autônoma, com o suporte do mecanismo da Tomada de Decisão Apoiada (TDA), quando necessário, reforçando o princípio da igualdade e a dignidade humana.

Portanto, a legislação brasileira atual reconhece que pessoas com deficiência têm condições de participar plenamente de relações jurídicas e processuais, promovendo sua inclusão e acesso à justiça em condições de igualdade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Eloa Leao Monteiro de. **Aplicabilidade da tomada de decisão apoiada no tribunal de justiça de Minas Gerais: uma nova epistemologia a partir da teoria decolonial e da teoria crítica da (re)invenção dos Direitos Humanos**. [Dissertação de mestrado], Universidade Federal de Ouro Preto, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/3cf411c4-ef28-4cb8-ba44-d249ffaeffb/content>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL, TJ-DF 07034682020188070004 1693978, Relator: JOSE FIRMO REIS SOUB, Data de Julgamento: 25/04/2023, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: 09/05/2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 Out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 Jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 Jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Emenda de plenário n.5**, de 2015. Brasília, 05 de março de 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306656. Acesso em: 02 dez. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Tomada de decisão apoiada e curatela**: medidas de apoio previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2016.

EXPÓSITO, Gabriela. **A capacidade processual da pessoa com deficiência intelectual**. 1º ed. Editora Jus Podivm, 2019.

GADELHA, Hugo; FILHO, Hiran; ALMEIDA, Rosana; MACIEL, Jonatas; MEDEIROS, Raquel; SANTOS, Suzana; MAIA, Adryele; MARQUES, Agílio. **Lei brasileira de inclusão da pessoas com deficiência**: modificações no código civil e conquistas sociais. Research, Society and Development, v.11, n. 2, 2022.

JÚNIOR, Humberto T. Curso de Direito Processual Civil-vol.I - 65ª Edição 2024. 65th ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

LOPES, Washington Luiz Ferreira Dias. **A teoria das capacidades civis a partir do estatuto da pessoa com deficiência**: entre o critério do discernimento, da vontade e da competência. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://monog.ufop.br/items/e7b10e12-f3eb-4354-b26a-3ae215ddf748>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MARTINHO, Luciana; CIVIL DA **A capacidade civil da pessoa e sua conformação do direito brasileiro. RJPAM v.18, jan/dez.2019.**

MENEZES, J. B. de. **TOMADA DE DECISÃO APOIADA: O INSTRUMENTO JURÍDICO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA INAUGURADO PELA LEI NO.13.146/2015.** Novos Estudos Jurídicos, Itajaí- (SC), v. 23, n. 3, p. 1191–1215, 2018. DOI: 10.14210/nej.v23n3.p1191-1215. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/13771>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MINAS GERAIS. TJ-MG - AC: 10000190111591003 MG, Relator: Maria Inês Souza, Data de Julgamento: 25/08/2020, Data de Publicação: 28/08/2020.

MINAS GERAIS. TJ-MG - AC: 10459120024466002 MG, Relator: Renato Dresch, Data de Julgamento: 28/02/2019, Data de Publicação: 12/03/2019.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)**, 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html#Fulltext>. Acesso em: 07 ago. 2021.